

EM BUSCA DO “NOVO”: MOVIMENTOS SOCIAIS NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO DOS ANOS 1970/80¹

Marco Antonio PERRUSO²

■ **RESUMO:** Durante as décadas de 1970 e 1980 uma parte do campo intelectual brasileiro, composta em grande medida por cientistas sociais com intensa vida acadêmica e vinculados, política e ideologicamente, com a esquerda, passou a dedicar-se ao estudo dos movimentos populares, notadamente o movimento sindical e os movimentos sociais urbanos. Vários desses intelectuais prestaram assessoria e outros tipos de apoio aos movimentos populares, inclusive por meio de organizações intelectuais engajadas como o CEDEC e o CEDI. Nesse processo foram recorrentes a utilização de conceitos como “novo sindicalismo” e a caracterização, mais vaga, dos “novos” movimentos sociais urbanos. Havia uma destacada ênfase intelectual no “novo” emergente em tais movimentos. A aproximação com o campo popular, a crítica à esquerda predominante no pré-64 e a adoção de um padrão universitário de investigação ajudaram a promover uma significativa desenvoltura em termos de pesquisa empírica e reflexão fenomenológica a respeito do movimento sindical e dos movimentos sociais urbanos. Em termos intelectuais, reconhecia-se em ambos os movimentos a legitimidade e a autonomia das experiências de setores subalternizados da sociedade brasileira. Assim, essa parte do campo intelectual renovou decisivamente o pensamento social brasileiro dedicado à compreensão da constituição e desenvolvimento dos atores sociais nacionais de cunho popular

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Pensamento social brasileiro. Intelectuais. Movimentos sociais. Cultura política. Esquerda brasileira.

¹ O presente artigo é uma versão sucinta de algumas partes de meu livro *Em busca do “novo” – intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80*. São Paulo: Annablume, 2009 (oriundo da Tese de Doutorado de mesmo nome defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (IFCS/UFRJ), em 2008.

² UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Departamento de Letras e Ciências Sociais. Seropédica – RJ – Brasil. 23890-000 – trogao@bol.com.br

Introdução

Durante os anos 1970/80 uma parte do campo intelectual brasileiro, composta por cientistas sociais vinculados à esquerda, passou a dedicar-se ao estudo dos movimentos populares. Vários deles chegaram a prestar assessoria/apoio a esses movimentos, inclusive por meio de organizações intelectuais engajadas como o CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, importante dissidência do CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e o CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação). Nesse processo foram recorrentes a utilização de conceitos como “novo sindicalismo” e a caracterização mais vaga dos “novos” movimentos sociais urbanos. A aproximação com o emergente campo popular, a crítica à esquerda brasileira predominante no pré-64 e a adoção de um padrão universitário de investigação ajudaram a promover uma significativa desenvoltura em termos de pesquisa empírica e reflexão de cunho fenomenológico a respeito do movimento sindical e dos movimentos sociais urbanos. Tais intelectuais renovaram o pensamento social brasileiro dedicado à compreensão dos atores sociais de extração popular. Concentro-me nos localizados no eixo Rio-São Paulo.

A utilização de categorias ou conceitos em torno do “novo” a respeito do campo popular foi de tal forma extensa nas ciências sociais e humanas do período que deixou marcas importantes na história brasileira recente. Marcou mesmo uma época de mudanças no pensamento social e no campo intelectual brasileiro, mudanças que remontam a trajetórias da produção intelectual sobre o “social” no Brasil durante todo o século XX.

Pensamento social no Brasil a respeito de atores sociais

O positivismo se adequou às tradições autoritária e populista na América Latina, que eram reformistas e progressistas, contrárias ao imobilismo da ordem social liberal-oligárquica pré-30 – no caso brasileiro. Wanderley Guilherme dos Santos, analisando a trajetória da ciência política no Brasil, aponta que o positivismo ressaltou o teoricismo e o esquematismo da reflexão política – e social, acrescento. A par de alguma influência weberiana nos meios universitários brasileiros por volta da metade do século XX, o marxismo sucedeu esse positivismo

como matriz mais destacada do pensamento político. Nele também predominou a reflexão teórica e esquemática, fundada centralmente na dimensão econômica e privilegiadora dos debates conceituais em detrimento da pesquisa, razão pela qual “o trabalho pedestre, modesto e cansativo da pesquisa paciente e bem cuidada [é] deixado aos ‘empiristas’ e ‘funcionalistas’”. Os trabalhos empíricos de influência marxista se concentravam então nos fundamentos econômicos da política e do social, mas a atividade intelectual que imperava no campo da política chegava por vezes a constituir uma “variante escolástica do marxismo caracterizada [...] pelo onanismo conceitual, pela obsessão definicional, pelo fanatismo do dogma” (SANTOS, 1980, p. 18-25). Embora Santos concentre seu diagnóstico na ciência política, em parte entendo serem suas conclusões aplicáveis às ciências sociais em geral.

Neste sentido, o pensamento social brasileiro dominante até a década de 1960 concebia os atores sociais nacionais quase sempre de modo muito amplo e pouco esmiuçado empiricamente. Como os intelectuais de então operavam majoritariamente com arsenais conceituais mais estruturais ou rígidos – o marxista ou o pragmático-utilitarista –, percebiam os trabalhadores antes determinados pelos processos econômico-produtivos do que como sujeitos de suas ações coletivas.

Isto só mudaria com o ressurgimento mais claro dos movimentos populares e do movimento sindical no final dos anos 70, quando a renovação da preocupação sociológica com a sociedade brasileira centra-se na auto-organização das classes populares, como aponta, entre outros, Bernardo Sorj (2001, p.71). Tal mudança já fora iniciada com diversos estudos e pesquisas, como, por exemplo, os desenvolvidos ainda nos anos 60 na USP – no CESIT, Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho, dirigido por Florestan Fernandes, entre outros – e no CEBRAP já nos anos 1970.

Os “novos estudiosos” dos movimentos sociais que passam a atuar principalmente a partir dos anos 1970 vão se contrapor a essa tradição de pensamento anterior, desenvolvendo e propugnando o que chamo de “legitimidade teórica e analítica” das experiências populares. E com isso vão renovar a cultura política da esquerda e da sociedade brasileira. Tais intelectuais elegerão aqueles que consideram os verdadeiros motores da democratização do país: os trabalhadores e seus movimentos. Não mais o Estado populista

(apoiado pelo PCB) como no pré-64. Mas também não uma institucionalidade liberal-democrática propugnada, em parte via CEBRAP, por Fernando Henrique Cardoso, Bolívar Lamounier e outros intelectuais emergentes na cena pública no mesmo período. Algo ressaltado posteriormente por importantes analistas como Milton Lahuerta (2001), Daniel Pécaut (1989) e o próprio Bernardo Sorj. Mas aquela institucionalidade liberal-democrática implicava na preeminência de intelectuais “estrategistas” da arena política, que conservam sua força demiúrgica. Em direção contrária, os intelectuais estudiosos dos movimentos sociais vão valorizar a diversidade oriunda das experiências “de baixo”, advogando uma “compreensão densa” da sociedade brasileira a partir dos movimentos populares.

Eder Sader e Maria Célia Paoli identificavam tais novidades na produção do pensamento social brasileiro sobre os setores populares. Eles tomavam inicialmente “como referência textos muito distintos”, especialmente a partir dos anos-chave 1964 e 1968, relativos àquilo “que estamos chamando de ‘empreendimento coletivo’, de produção de um novo imaginário”. Assim, afirmavam que “[...] intelectuais e atores atribuem novos significados a práticas sociais antes obscurecidas pela lógica institucional. O cotidiano, antes opaco espaço de repetição, passa a ser visto como lugar de luta, onde se produz a dominação e a resistência a ela” (SADER; PAOLI, 1986, p.52-53). Esse movimento do pensamento e da ciência social brasileira prosseguirá pelos anos 70 e 80, divergindo dos padrões populistas e marxistas ortodoxos de análise.

Esse rompimento analítico relativo aos setores populares possui algumas fontes cognitivas, dentre as quais podem ser destacadas três: a primeira é constituída dos trabalhos de Francisco Weffort a partir do início dos anos 1970, analisando a ação criativa dos atores sociais como conformadora das estruturas sociais, e não o contrário. E que se desdobrou nos trabalhos de José Álvaro Moisés sobre movimentos sociais urbanos. A segunda fonte cognitiva vem da antropologia e sua busca pelo lugar simbólico onde os setores populares, em seu cotidiano, concebem a relação e o conflito em torno do trabalho: exemplos são trabalhos de José Sérgio Leite Lopes de meados dos anos 1970. A última fonte é trazida por historiadores influenciados por Marilena Chauí, tais como Carlos Alberto Vesentini, Edgar De Decca, Kazumi Munakata e Michael Hall, que estão escrevendo

na segunda metade da década de 70 e no início dos anos 1980 (SADER; PAOLI, 1986, p.53-55). Interessante notar que dessas vertentes, a primeira, representada inicialmente por Weffort e Moisés, localizava-se na USP. A segunda, de viés antropológico, José Sérgio Leite Lopes à frente, é oriunda do Museu Nacional (UFRJ). E a terceira, de historiadores, se concentrou na UNICAMP.

Pensamento social, intelectuais e movimentos sociais

O renascimento sindical brasileiro a partir das greves do ABC paulista em 1978 consagrou certas interpretações no campo das ciências sociais nacionais, as quais discrepavam das visões predominantes no pré-64 – período do populismo e da hegemonia pecebista no movimento operário – e da interpretação majoritária presente no CEBRAP, que se concretizava na aproximação de Fernando Henrique Cardoso com o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e sua vitória eleitoral de 1974. Os propugnadores desse novo olhar para a sociedade brasileira eram intelectuais, muitos dentre eles cientistas sociais, que atuavam em organizações como o CEDEC, o CEDI, a FASE (Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional) e tantos outros organismos intelectuais de pesquisa e/ou assessoria. Surgia um “novo” ator social nas cidades, com um pé do “novo sindicalismo” e outro nos “novos” movimentos sociais urbanos.

Sob um ângulo mais propriamente sociológico e envolvendo as acima citadas pesquisas de Sader & Paoli, a socióloga Vera da Silva Telles, outra importante estudiosa participante dessas pesquisas, afirma:

[...] é preciso dizer que propor a cidadania pelo ângulo dos movimentos sociais, ou para usar os termos já cunhados na época e que tiveram e tem desdobramentos até hoje, pelo ângulo de uma sociedade civil emergente, foi o legado que aqueles anos nos deixaram. [...] [Eu] estava investida pela novidade que os movimentos sociais pareciam introduzir na história brasileira e, mais ainda, pela promessa de uma cidadania ampliada, capaz de introduzir fissuras em uma pesada tradição autoritária e excludente. Mas junto com isso, era todo um mundo de evidências e certezas pelas quais a história desse país fora até então contada, narrada e explicada nas suas determinações e origens históricas, que parecia desestabilizado pela presença de sujeitos coletivos,

dotados de capacidade de autonomia e auto-organização, ali onde se acreditava impossível acontecer. Os debates eram acalorados e as polêmicas, por vezes, ferozes. Mas o desafio estava posto e exigia novas categorias de pensamento, outros procedimentos e outros critérios para apreender e nomear a novidade que então ia se configurando no cenário brasileiro. (TELLES, 1998, p.17)

Muito mais do que os marxistas ortodoxos egressos da aliança com o populismo, e mais também do que os cebrapianos que se aproximavam da grande “arena política” institucional centralizada no MDB, a parte do campo intelectual dedicada a se aproximar analítica e politicamente do campo popular estava em condições de elaborar papéis mais modestos para os intelectuais, na “nova” configuração que se esboçava na sociedade brasileira. Seria por meio das experiências e formulações dos intelectuais do “novo sindicalismo” e dos “novos” movimentos sociais urbanos que se daria uma inflexão fenomenológica no pensamento social brasileiro dedicado à compreensão dos atores sociais subalternizados, reconhecendo em suas ações coletivas uma “legitimidade teórica e analítica”. A soberania de um campo popular autônomo, que impulsionava e radicalizava o processo de redemocratização brasileiro, induzia esse redimensionamento, para menor, do estatuto do intelectual, tanto quanto a redemocratização. Mais do que a reconstrução das instituições da democracia representativa, a emergência de um campo popular soberano criava condições para que parte do campo intelectual brasileiro – a que, justamente, privilegiava uma interação com esse campo popular – se distanciasse mais de nossa histórica tradição de desigualdade social, política, cultural.

Organismos intelectuais engajados

Analisando de modo abrangente aspectos metodológicos nas pesquisas realizadas pelos novos estudiosos do campo popular, se revela, a meu ver, uma faceta central para se aquilatar as alterações, no campo intelectual brasileiro, perpetradas por certos organismos intelectuais engajados. Vejamos, por exemplo, pequenos trechos de documentos produzidos pelo CEDEC:

E em concordância com a orientação central do CEDEC – que se preocupa em ir além do enfoque meramente acadêmico – este projeto

foi definido em termos da produção de um conhecimento na fronteira da ação. O que implicou na busca e consolidação dos contatos com as demais instituições ou associações pertinentes aos problemas abordados. (CEDEC, 1981, p.1, grifo do autor)

Em cada instituição, a coordenação do projeto coube a um cientista político com comprovada experiência acadêmica, que também tivesse uma história política vinculada aos movimentos sociais. Aqui também o elo entre a ciência e a política vingou como determinante para formação de uma equipe pesquisadora capaz de executar um projeto político-científico. (SARTI, 1984, p.3).

A nível acadêmico, saiu-se bem ao aceitar o desafio de analisar uma questão candente dentro do rigor da ciência social, portanto, de modo apartidário. [...] Trouxe assim para a academia o conhecimento atualizado de uma realidade quase sempre distante dos muros e das cabeças da universidade. (SARTI, 1984, p.7).

Nesse sentido, não estamos estudando a classe e seu movimento em função de objetivos que lhe estariam postos historicamente pelo modo de produção que a gerou, mas buscando captar como as aspirações, projetos e utopias aparecem e desaparecem, sob a ótica das negociações coletivas. (SILVA, [1986?], p.8-9).

Outro agrupamento intelectual que elaborava na mesma direção era articulado em torno da revista *Desvios*. Seus componentes, assim como os do CEDEC (alguns dos quais, os mesmos), cerravam fileiras contra a intelectualidade brasileira que não se colocasse claramente, no interior do campo oposicionista à ditadura, do lado dos movimentos sociais. Como a revista tinha nascido já nos anos 80, período em que o CEBRAP tinha sido relativamente minado à esquerda pela criação do CEDEC e no qual Fernando Henrique Cardoso já fazia carreira política no PMDB, o coletivo da *Desvios* – ligado ao PT (Partido dos Trabalhadores) – ilustrava com mais força ainda essa linha de atuação político-intelectual “anti-cebrapiana”. Veja-se por exemplo esta passagem de Marco Aurélio Garcia sobre o início da abertura democrática:

Na oposição é o êxtase: finalmente aí está a tão sonhada burguesia nacional e democrática, o esperado revigoramento da “classe política”, que reivindica de novo a representação [...] Generais de pijama e políticos de robe de chambre articulam a alternância, enquanto politicólogos estudam os “modelos” espanhol, grego e português, para tentar descobrir o caminho que leva do “autoritarismo” ao Estado de Direito. (GARCIA, 1982, p.12)

A crítica do autor era excepcionalmente clara: os que apostavam na institucionalidade democrática, como alguns intelectuais do CEBRAP mais ligados ao IEPES (Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais), por sua vez vinculado ao MDB, acabavam por repetir o reboquismo pecebista ao populismo e sua idéia-força de burguesia nacional. O ataque às teorias e interpretações sobre modelos de transição democrática, adotadas por Fernando Henrique Cardoso, entre outros, vinha de roldão. O anti-teoricismo dos “autonomistas” da *Desvios* não admitia mais “grandes” esquemas analíticos, ainda que novos, para pensar a sociedade brasileira e a sociedade contemporânea de modo tão abrangente. Prossigo com outras passagens de Marco Aurélio Garcia, tendo em vista o caráter emblemático de seu discurso e de sua análise:

No ABC inverteu-se a expectativa de muitos de que um dia a teoria chegasse à classe operária, para melhor guiá-la; **foi a classe que chegou à teoria.** (GARCIA, 1982, p.11, negrito do autor)

A análise do movimento operário não partirá de ‘causas estruturais’, entendidas enquanto racionalidade que se encontra fora dele. O movimento operário não é reflexo de ‘estruturas’ econômicas ou políticas. Ele se **autodetermina**; sua racionalidade está no seu interior, na forma pela qual ele faz (e se constitui na) história, isto é, na luta de classes. (GARCIA, 1982, p. 11; negrito do autor)

A prática deste movimento caminha mais rápida que as teorias não só da oposição parlamentar, como da maioria da esquerda extra-parlamentar. Cansada de ser personagem em busca de um autor, a classe decide, ela própria, elaborar o enredo de sua peça. (GARCIA, 1982, p.14)

O “velho” e o “novo” no pensamento social no Brasil

Genericamente, esses intelectuais tendiam a voltar os olhos para o passado (1930-1978) da classe operária de modo negativo. Da mesma forma que faziam certas lideranças de trabalhadores dos anos 70 em relação a seus predecessores, vários intelectuais empreendiam um ajuste de contas com o pensamento social e político brasileiro da matriz populista, particularmente quanto aos modos de enquadrar analiticamente a organização e os movimentos das classes populares. Se se buscava o “novo” nos

setores “de baixo” de nossa sociedade, havia a necessidade de uma crítica contundente ao que vinha antes, pensado como “velho”, não sem algumas matizações, é certo. Volto a Sader e Paoli, nesse diapasão:

[...] a participação desse novo ator produz uma alteração radical na relação do pesquisador com o fenômeno narrado. Falando por voz própria, é como se os trabalhadores tivessem se rebelado contra o papel de objeto de interpretações alheias e, portanto, contra a posição dos cientistas sociais enquanto sujeitos que detinham a soberania da explicação. (SADER; PAOLI, 1986, p.59)

Sader, Paoli e Vera da Silva Telles eram protagonistas e analistas desse processo, simultaneamente. Vejamos trechos do relato e da reflexão mais impressionistas de Kazumi Munakata a respeito:

Por essa época eu já havia retornado às ruas. Mas uma coisa é driblar a repressão do coronel Erasmo Dias no centro de São Paulo, naquele ano estudantil de 1977; outra é percorrer a Via Anchieta para chegar a São Bernardo e perceber, no meio daquela multidão anônima, que a história agora tem mais densidade, com sujeitos que lhe conferem esse peso. Ali, vi intelectuais como observadores ou, quando muito, coadjuvantes, sentados na arquibancada de cimento de um estádio de futebol ou caminhando pelas ruas em passeata [...] esses intelectuais faziam coro às palavras de ordem, que certamente gostariam que fossem objeto de uma elucidação mais arrazoada. A Academia descia à *polis* e os filósofos “não” eram Rei! A consciência que vinha de fora tinha pouco a fazer; era mero espectador – por sinal, não era esse o significado original do termo grego *theoria*? Era preciso aprender a conviver com as diferenças e as diversidades, num espaço que não era mais Verdade do mundo inteligível, mas das opiniões desse mundo sensível, cuja fundamentação não requer mais que o senso comum das pessoas, a quem passaríamos em breve a chamar de “cidadãos”. (MUNAKATA, [2001?], p.21).

[...] a noção da “verdadeira consciência de classe” [em Lukács] a partir da elucidação da possibilidade objetiva é efetivada por um intelectual que cancela sua origem de classe, isto é, suas determinações estruturais, para tornar-se, como diria Mannheim, “livremente flutuante” [...]. A “verdadeira consciência de classe” coincide com a consciência que esse intelectual tem do que ele imagina ser a Totalidade. Em suma, o que se vislumbra por

trás desse cerrado arsenal conceitual [...] é o mesmo esquema intelectualista... (MUNAKATA, [2001], p.6).

Essas passagens são absolutamente contundentes pois evidenciam, com crueza, como o campo intelectual era impactado pelo crescimento e autonomização do campo popular nos anos 1970 e 1980. Especialmente no que tange aos intelectuais críticos do marxismo ortodoxo e do PCB: esquerdas dissidentes, setores cristãos progressistas e certos círculos acadêmicos. Essa posição hierarquicamente superior do campo intelectual, tão recorrente na história da sociedade brasileira, estava sendo desconstruída e revertida principalmente por meio da valorização do mundo dos “de baixo”, do campo popular. É claro que correndo o risco, percebido à época, de “idealização” dos movimentos populares. Contudo era um risco inerente ao comportamento de intelectuais que abriam os olhos para as “práticas populares”, para a “experiência popular”. Tal operação foi realizada de modo conseqüente por meio de um olhar fenomenológico sobre a vivência e as lutas dos setores subalternizados. Este olhar permitia deslegitimar o teorismo e a verborragia intelectual em favor da expressividade do “empírico” demonstrada pela autonomização do campo popular.

Esses “novos” intelectuais que a partir da década de 1970 renovam os estudos sobre os movimentos populares apostavam numa visão menos dogmática e economicista das lutas dos trabalhadores. Volto a recorrer a Munakata:

Depois que [...] fui solto [da prisão], fiquei solto no ar [...] o fato de virar independente foi muito bom pra eu poder ler as coisas com uma mente totalmente arejada, sem nenhum cabresto. Isso me foi fazendo sair do campo do marxismo-leninismo e leituras como Castoriadis me ajudavam a ir pra outros lugares. [...] na introdução e no prefácio [de *A Instituição Imaginária da Sociedade*] ele diz: “entre ser marxista e revolucionário eu preferi ser revolucionário”. [...] Thompson pra mim foi uma possibilidade de se estudar o movimento operário sem fazer aquela coisa meio lukacsiana de que “tal situação, necessariamente tal consciência”. A gente começou a perceber que uma identidade cultural, social, de classe, vai sendo constituída através de um conjunto de práticas... (MUNAKATA, 2006)

É possível perceber, por esse trecho, como vários jovens intelectuais que optaram por estudar os movimentos dos

“de baixo” da sociedade brasileira valorizavam a autonomia desses movimentos, em detrimento de modelos interpretativos teleológicos ou por demais esquemáticos. Esses jovens pesquisadores do “novo sindicalismo” e dos “novos” movimentos sociais urbanos criticavam a produção intelectual então predominante, inclusive a marxista ortodoxa, por um viés empirista: detectando a distância que existia entre a apreensão teórica e a riqueza fenomenológica das experiências dos trabalhadores. José Álvaro Moisés (cientista político da USP e fundador do CEDEC) também pesquisava os – e se aproximava dos – movimentos populares:

O contato com a realidade propiciado, estimulado pelo próprio trabalho, me levou a começar a organizar as minhas dúvidas e as minhas indagações. Então, é evidente que o primeiro problema que aparece, que apareceu pra mim a partir desse estudo da greve dos 300 mil [*Greve de Massas e Crise Política: Estudo sobre a Greve dos 300 mil em São Paulo*] era: como é que você explica sociologicamente e politicamente que você tenha, num momento de efervescência do movimento da greve, muita participação e depois desaparece e não tem continuidade, mesmo quando um movimento como esse, que foi muito importante, na ocasião, em São Paulo, tenha produzido organizações de base no interior das empresas aonde os trabalhadores trabalham. [...] a minha expectativa, olhando do ângulo do marxismo, era que isso gerasse formas de participação continuada, permanentes [...] uma perspectiva de classe, gerasse consciência. [Mas] o meu contato com a realidade mostrava que não era isso que acontecia... (MOISÉS, 2006)

O campo dos estudos sobre movimentos sociais urbanos principiava no Brasil no contexto dessa geração de “novos” intelectuais. Uma das figuras importantes nesse processo foi Maria da Glória Gohn, socióloga paulista:

No primeiro momento eu entrei até com projeto sobre sindicatos, sobre sindicato dos gráficos. [...] Mas daí eu descobri que já tinha uma professora fazendo uma tese, que já tinha um outro livro [...] Quando eu fiz o terceiro ano de faculdade eu me identifiquei muito com a disciplina de sociologia urbana. E na época, então, estudei bastante a questão da Escola de Chicago, as diferentes correntes da sociologia urbana e me apaixonei [...] pela temática [...] descobri essa vertente do associativismo, né? Por outro lado, nesse período eu morava na Zona Sul, lá no Brooklin, e eu comecei a observar em

vários locais associações de moradores chamando para reuniões [...]. Então quando veio a minha certa crise de identidade com o sindicato e... eu, na realidade, falei “nossa, mas essa associação de moradores, o que que é isso?” e me interessei por isso. Não era a área de pesquisa, naquele momento, do Leôncio Martins [Rodrigues, seu orientador], que pesquisava sindicatos, mas ele deu toda abertura, acolheu, não impôs nenhum obstáculo a que eu fizesse a pesquisa, que eu mudasse o objeto de pesquisa para associações de moradores. [...]. Eu sempre me identificava muito com Castells. [...] a minha abordagem sempre [foi] olhar o movimento por dentro. Isso foi destacado por vários comentadores ou analistas. [...] Mas acho que foi muito importante também a leitura de Foucault, daí para enxergar a questão dos micro-poderes, pra enxergar outras dimensões da análise para além da questão mais estrutural... (GOHN, 2006)

O campo acadêmico, para esses intelectuais, era uma opção de carreira desejada e mesmo inevitável. Suas relações com o campo dos movimentos populares pareciam não ser excludentes com suas carreiras universitárias. Às vezes, poderiam ser complementares e mesmo mutuamente estimulantes, já que eles adentravam o ambiente das ciências sociais acadêmicas com a legitimidade de intérpretes das lutas dos setores populares. Outras vezes se dava o contrário, caso do sociólogo da USP Iram Jácome Rodrigues que, depois de extensa militância na esquerda clandestina e em grupos de apoio aos movimentos, recebeu uma espécie de ultimato de seu orientador, Leôncio Martins Rodrigues, um dos precursores da sociologia do trabalho no Brasil:

Justamente em 84 [...], após uma ida ao 1º de maio de 84, na volta ele falou “você tem que definir, decidir o que você vai fazer. Eu acho que você tem que largar tudo e concentrar. Se você quer realmente trabalhar, seguir a carreira acadêmica você não pode ficar...”. [...] E foi uma conversa muito importante, justamente porque falo isso com os [meus] orientandos também. (RODRIGUES, 2006)

Já sobre o ajuste de contas com o passado populista e o legado pecebista no pensamento – e na militância – de esquerda no Brasil, Ricardo Antunes, sociólogo da UNICAMP, analisa:

Eu via no nascimento do novo sindicalismo [...] o renascimento da luta social que negava na concretude as teses, digamos assim,

reformistas do PCB. Porque a tese que o PCB defendia, a qual eu já era oposição desde o início, é a de que primeiro [vem] o capitalismo democrático burguês, depois o socialismo. [...] E a minha filiação ao PCB é muito sob inspiração “caiopradiana”. [...] nós éramos uma dissidência dentro do PCB. Qual era a nossa leitura? De que no PCB não tinha classe operária. [...] E as teses do ABC paulista era a confirmação cabal de que havia um novo no Brasil [...] um novo contingente operário que foi responsável por lutas radicais. [...] a orientação do PCB em 80 era acabar com a greve do ABC porque a greve do ABC era muito radical e colocava em cheque a frente policlassista. Então, [...] o PCB se mostrava completamente vedado pra compreender o papel dessa nova classe operária emergente, das lutas sociais [...] Foi nesse momento que nós decidimos sair do PCB [...] o PCB estava percebendo que o seu fim enquanto “o” partido da classe operária estava acontecendo [...]. Que o ABC era uma classe operária que não recorria, não precisava do PCB para fazer-se enquanto classe. [...] Quer dizer, você tem um novo movimento operário que tem elementos de continuidade e tem elementos de descontinuidade. [...] E é evidente que nem tudo no ABC é novo. (ANTUNES, 2006)

No Rio de Janeiro, os “novos” estudos sobre os movimentos populares se desenrolavam com diferenças em relação à experiência paulista. Havia a construção do “novo” englobando também o passado. Como ressalta o antropólogo José Sergio Leite Lopes, do Museu Nacional (UFRJ):

E aí eu fui tendo, também, uma visão... enfim, do novo que estava aparecendo e também era ligado ao antigo, né? Um pouco uma discussão que a gente foi vendo, assim, também, tanto politicamente, assim, essa inquietação política [...]. Essa tendência para o novo, essas coisas, elas não são tão imediatas. E eu estava vendo que a relação com a história, com o que havia anteriormente, era muito importante. [...] poderia se estar perdendo muita coisa ao se desprezar essa relação com o antigo. [...] Aqui no Museu mesmo teve até um curso no início do doutorado, um curso que a Ligia Sygaud deu sobre... que era um grupo de leitura [...] eram algumas pessoas interessadas. (LOPES, 2006)

No Rio de Janeiro, então, a percepção do “novo” no campo popular pelos intelectuais parecia ser menos contundente do que em São Paulo. José Sergio Leite Lopes relata:

Porque em São Paulo você tinha essa prevalência da sociologia da USP [...]. [Tinha] essa ênfase na sociedade industrial, no novo, na modernização, etc. E o Rio foi mais complicado, teve que lidar mais com o Estado, com política, de outra maneira com a história... [...] Talvez não seja tão geográfico assim, mas talvez mais por orientações. Tem um lado, o Eder Sader, Maria Célia [Paoli] e a Vera [da Silva] Telles ressaltaram essa história do novo, de novos personagens, etc. Mas, apesar disso, eles tinham sensibilidade para fazer uma pesquisa histórica também. [...] ver essas relações entre história, entre personagens antigos e novos. Mas deram a ênfase maior nessa coisa do novo. E aí isso pode ser matizado, né? (LOPES, 2006)

Essas diferenças, regionais ou não, se davam no quadro do movimento intelectual de aproximação com o campo dos movimentos populares.

Havia um engajamento presente em quase todos esses “novos” intelectuais dos “novos” movimentos, que implicava numa sensibilidade diante das experiências dos setores subalternizados de nossa sociedade. E, portanto, numa interação frutífera entre os campos intelectual e popular. Trata-se, a meu ver, da “inflexão fenomenológica” das ciências sociais, que passavam a conferir uma “legitimidade teórica e analítica” às lutas dos setores populares.

Conclusão

Intelectuais em geral, cientistas sociais em particular, estavam “descobrendo” fundamentações sociais mais profundas e rigorosas para fenômenos políticos não-institucionais. O “político” estava por demais vinculado ao institucional, aos partidos, ao poder, exercido até então pelos populistas, depois truncado violentamente pelos militares. Tal fenômeno por si só já configura uma grande mudança em termos do pensamento social no Brasil.

Vários intelectuais e militantes da “geração 68” – como os citados no decorrer do presente artigo – estavam antes interessados em se aproximar dos trabalhadores e de seus movimentos autônomos, por meio de estudos empíricos e de assessorias efetivas, do que em se aprofundar em contendas teóricas internas da esquerda ou do marxismo. Havia uma busca

intelectual nessa “ida ao povo”, tão característica de jovens universitários da “geração 68”. Mais do que uma filiação ideológica ou teórica ao marxismo, que existia de modo disseminado no período, esses “novos” intelectuais, críticos dos legados populista e pecebista e do marxismo ortodoxo, demonstravam uma empatia de cunho romântico em relação ao mundo dos trabalhadores e setores populares em geral. Uma vontade, tantas vezes colocada em prática, de interagir – e se identificar – com o campo popular que se articulava a partir dos diversos movimentos sociais. Tal prática intelectual “nova” enfatizava as experiências dos setores “de baixo” de nossa sociedade, por meio de uma percepção “densa” da faceta empírica e fenomenológica das movimentações populares. Isso só era possível a partir de um reconhecimento radical, por parte do campo intelectual “novo” que se forjava, da legitimidade teórica e analítica das experiências populares.

Os “novos” intelectuais partiam do campo acadêmico – mesmo que vários ainda jovens e com carreiras universitárias a construir – para se aproximarem do campo dos movimentos populares, ou intensificarem uma aproximação já existente em termos políticos. Mas aqui temos um ponto crucial. As tarefas acadêmicas passavam a estar intimamente relacionadas com a atuação engajada, co-dependentes às vezes. Pesquisa e assessoria caminhavam juntas no CEDEC e no CEDI, por exemplo. Seus *habitus* acadêmicos, enquanto componentes de um *habitus* intelectual mais amplo, estavam se alterando. Esses “novos” intelectuais ligados ao campo popular, mais ainda do que os intelectuais de estirpe cebrapiana, já vinham imprimindo mudanças no campo acadêmico e intelectual do país centrado nas ciências sociais e humanas. Havia questões internas ao campo acadêmico e intelectual que impulsionavam esses “novos” intelectuais a perfazerem um ajuste de contas com os intelectuais isebianos e marxistas ortodoxos predominantes no pré-64. Essas questões internas eram referidas também às mudanças por que passava a esquerda no mundo todo, esquerda da qual essas gerações intelectuais faziam parte. Mas a relação entre esses “novos” intelectuais acadêmicos com o campo dos movimentos populares iria contribuir, de maneira especial, para mudar os *habitus* dominantes no campo intelectual durante as décadas de 1970 e 1980. O *habitus* acadêmico típico passaria a incluir uma faceta de engajamento. Engajamento não num mundo mais elitizado e burocratizado como o que envolvia o campo

político-institucional, no qual se inseriu, em parte, o CEBRAP. Mas no mundo da vivência das lutas e movimentos de setores subalternizados de nossa sociedade, com todas as suas agruras e problemas não previstos por aportes teóricos reducionistas ou teleológicos. Os “novos” intelectuais do CEDEC, do CEDI, da FASE e de outros organismos trariam para o campo intelectual e o campo acadêmico um *habitus* menos teorista e mais aberto a outras experiências, advindas dos setores populares, que eram então recebidas como um influxo de frescor e novidade, estimulante do ponto de vista empírico e fenomenológico. E esse processo alteraria expressivamente o campo acadêmico, o campo intelectual e o pensamento social, desde então. Os “novos” intelectuais, gradativamente, se repensavam em suas práticas e modos de atuação. E essa trajetória, inclusive por suas implicações políticas, surpreenderia os adeptos de uma outra estratégia de atuação político-intelectual, como Fernando Henrique Cardoso, o PCB e outros atores da cena pública da época, que privilegiavam a participação nas instituições de um Estado que se redemocratizava.

Os “novos” intelectuais tinham algo em comum com a maioria dos membros do campo intelectual no Brasil dos anos 1970/80: estavam institucionalmente vinculados às universidades e demais aparatos acadêmicos. Mas os “novos” intelectuais, em grande parte ligados às ciências sociais e humanas, construía uma outra auto-imagem, em termos políticos, sociais e mesmo científicos: questionavam em certa medida o poder e a autoridade do saber no que tange a suas implicações diretamente políticas e sociais. E promoviam tal questionamento de uma maneira singular, com impactos significativos diante da trajetória histórica do pensamento social no Brasil: reconhecendo a importância do “saber popular” quanto à estruturação do “social” da sociedade brasileira, em seus aspectos concretos e também simbólicos. A política, as lutas políticas, as lutas de classes e de grupos sociais subalternizados, o desenvolvimento de uma sociedade civil “desde baixo”, tudo isso, a partir de então, implicava na necessidade de incorporação crítica do “saber popular” – concretizado nas diversas ações coletivas e experiências dos setores populares – por parte da produção intelectual e do conhecimento acadêmico acumulado. Ou, pelo menos, passava a implicar em um diálogo construtivo entre o “saber popular” e a ciência produzida na Academia.

As mudanças que ocorreram no campo intelectual brasileiro centrado nas ciências sociais e humanas, mudanças essas relacionadas às interações dos “novos” intelectuais com o campo dos movimentos populares, são mais facilmente visíveis se forem pensadas como configuradoras de uma nova linhagem do pensamento social brasileiro. A partir da consolidação do campo de estudos sindicais, já existente no Brasil pelo menos desde os anos 1950, e da formação do jovem campo de estudos dos movimentos sociais urbanos nos anos 1970, minava-se grandemente a influência do legado isebiano-populista e relativizava-se a legitimidade holista-hierárquica da histórica desigualdade social brasileira. Os “novos” intelectuais não efetivavam uma mera ruptura com essa tradição ideológica de origem ibero-americana porque não aderiam simplesmente a um padrão de pensamento individualista-interacional de origem anglo-americana, como se poderia depreender se fosse efetuada tão somente uma análise institucional dos intelectuais acadêmicos. Os “novos” intelectuais estavam também recusando e criticando as pretensões universais do individualismo-interacionismo ocidental. Neste sentido, não deixavam de ser fiéis ao espírito radicalmente crítico do Maio de 1968. Reconheciam virtudes nas classes populares pela própria experiência conjunta com seus movimentos e suas experiências de luta. Perfizeram a trajetória de “ida ao povo”: não o “povo” abstrato, mas os trabalhadores concretos em seus movimentos populares. Apostaram no “novo” destes movimentos.

Dessa maneira, o prisma analítico que desenvolvo pretende ser complementar, não oposto, ao efetivado por Sergio Miceli e outros autores (MICELI, 1989, 1995). Partindo deste paradigma institucional – miceliano – de análise das ciências sociais, busco adicionar outro olhar. Entendo que essa perspectiva analítica institucional logrou consolidar uma visão precisa e meticulosa do campo acadêmico, uma vez que as universidades e centros de estudo e pesquisa correlatos – a chamada Academia, enfim – constituem-se nas principais instituições de produção intelectual nas sociedades atuais, o que inclui, obviamente, as ciências sociais. Mas certamente reduzir a atuação intelectual ao espectro universitário não é adequado, pois que desconsidera a ação pública mais ampla dos intelectuais, notadamente quando em interação com o campo popular e seus diversos movimentos sociais.

PERRUSO, M. A. In Search of “new”: social movements in the Brazilian social thought of year 1970/80. *Perspectivas*, São Paulo, v.37, p.249-268, jan./jun. 2010.

■ **ABSTRACT:** *During the 1970's and 1980's, a significant part of Brazilian intellectual field that included social scientists with an intense academic life besides being politically and ideologically linked to the left had dedicated its studies to the analyses of popular movements, more specifically trade unionism and urban social movements. Many of these scholars supported popular movements working at committed intellectual organizations, such as CEDEC and CEDI. In this process, concepts of “new trade unionism” and - less defined - “new” urban social movements were largely used. There was a strong emphasis in the “new” emerging on these movements. Approximation with popular groups, criticism to the left groups pre-1964, and adoption of an academic model of research helped to develop empirical studies and phenomenological analyses about trade unionism and urban social movements. In scholar terms, it was recognized that both movements presented the legitimacy and autonomy of social, political and cultural experiences of subaltern sectors of Brazilian society. So, this part of the intellectual field decisively renewed Brazilian social thought that works on the understanding of constitution and development of national social actors with a popular face.*

■ **KEYWORDS:** *Brazilian social thought. Intellectuals. Social movements. Political culture. Brazilian left.*

Referências

ANDRADE, R. de C. *Cidadania e participação social: relatório de pesquisa outubro 1980/outubro 1981 – 1º relatório encaminhado à Fundação Ford (mimeo)*. São Paulo: CEDEC, 1981.

ANTUNES, R. Entrevista [05 set. 2006]. Entrevistador: Marco Antonio Perruso. Rio de Janeiro: 2006. 01 cassete sonoro.

GARCIA, M. A. São Bernardo: a (auto) construção de um movimento operário – notas para discussão. *Desvios*, São Paulo, n.1, p.10-27, 1982.

GOHN, M. da G. Entrevista [abr. 2006]. Entrevistador: Marco Antonio Perruso. Rio de Janeiro: 2006. 01 cassete sonoro.

LAHUERTA, M. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Cadernos AEL*, Campinas, n.14/15, 2001.

LOPES, J. S. L. Entrevista [12 dez. 2006]. Entrevistador: Marco Antonio Perruso. Rio de Janeiro: 2006. 01 cassete sonoro

MUNAKATA, K. Entrevista [abr. 2006]. Entrevistador: Marco Antonio Perruso. Rio de Janeiro: 2006. 01 cassete sonoro.

_____. *Minhas experiências e práticas com as noções de experiência e prática: da consciência filosófica ao senso comum*. São Paulo: [2001?]. Não publicado.

MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: IDESP, 1995. v.2.

_____. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: IDESP, 1989. v.1.

MOISÉS, J. A. Entrevista [25 abr. 2006]. Entrevistador: Marco Antonio Perruso. Rio de Janeiro: 2006. 01 cassete sonoro.

PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a Nação*. São Paulo: Ática, 1989.

RODRIGUES, I. J. Entrevista [abr. 2006]. Entrevistador: Marco Antonio Perruso. Rio de Janeiro: 2006. 01 cassete sonoro.

SADER, E.; PAOLI, M. C. Sobre "classes populares" no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, R. C. L. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p.39-68.

SANTOS, W. G. A ciência política na América Latina: nota preliminar de autocrítica. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n.1, v.23, p.15-27, 1980.

SARTI, I. *Estrutura e representação sindical: relatório final do projeto*. São Paulo: CEDEC, 1984. Não publicado.

SILVA, R. A. da. *Negociações coletivas, novos direitos e mudanças nas relações de trabalho no Brasil : relatório de atividades 1985*. São Paulo: CEDEC, [1986?]. Não publicado.

SORJ, B. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

TELLES, V. da S. *Memorial*. 1998. (Apresentado em Concurso para Provimento de Cargo de Professor Doutor) –Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.